

Introdução

Leôncio Martins Rodrigues

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

RODRIGUES, LM. Introdução. In: *Industrialização e atitudes operárias: estudo de um grupo de trabalhadores* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009, pp. II-XI. ISBN: 978-85-7982-022-9. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

INTRODUÇÃO

A expansão industrial brasileira dos últimos decênios, em particular a ocorrida na década de 1950, quando se registraram as mais altas taxas de crescimento do produto industrial, acentuou a importância política das camadas sociais características das sociedades modernas. As orientações e atitudes dos grupos socioprofissionais de formação recente apenas começam a ser analisadas. O estudo das condutas desses grupos, que a industrialização trouxe para a arena da vida política e social, confunde-se com a própria análise da formação da sociedade moderna no Brasil e de suas possibilidades e formas futuras de expansão. De modo geral, as investigações e estudos, de natureza sociológica, política ou econômica, têm-se inclinado, preferentemente, para o exame dos grandes processos macrossociais, relacionados com a problemática do desenvolvimento econômico do país, tema que, justificadamente, absorve as preocupações fundamentais da inteligência do Terceiro Mundo. Contudo, em função mesmo do interesse evidente que despertam as indagações sobre a viabilidade das formas alternativas do desenvolvimento, se fazem também necessários estudos de âmbito mais restrito, incidindo especialmente sobre as novas categorias sociais surgidas com a industrialização, de modo a poder definir suas orientações políticas, os valores e expectativas que balizam sua conduta, o modo como buscam expressar suas reivindicações ante a sociedade global e os poderes instituídos, o tipo de relacionamento que estabelecem entre si, etc. Constitui lugar-comum sublinhar a escassez de pesquisas empíricas nesta área. A carência de recursos materiais e humanos, os obstáculos que se elevam para o desenvolvimento das ciências sociais no Brasil, por si bastariam para indicar que os trabalhos de investigação científica não poderiam estar amplamente difundidos e que um longo caminho ainda resta a percorrer. Mas não parece que caiba insistir demasiadamente sobre nossas lacunas. A partir da década de 1950 um promissor impulso de investigação sociológica voltada para o presente, para os grupos e camadas sociais emergentes, para os efeitos do impacto da industrialização e para a compreensão dos problemas relacionados à formação da sociedade urbano-industrial, aumentou a soma de conhecimentos sobre a “realidade brasileira”. Nesta linha de preocupações, ainda que lastreados em orientações metodológicas diversas, numerosos trabalhos de pesquisa permitiram uma apreciação mais rigorosa dos grupos e camadas sociais postos em movimento pela ebulição política e social que o crescimento econômico ocasionou. Basta

lembrar as pesquisas sobre o negro e o preconceito racial no Brasil, as investigações sobre o comportamento político dos estudantes, sobre as camadas operárias e o sindicalismo, sobre as camadas empresariais, sobre os grupos econômicos e financeiros, sobre os migrantes de origem rural, sobre a formação do Estado brasileiro, etc.

Aproximando-se deste tipo de estudo, o presente trabalho tem como tema as atitudes e orientações de um grupo operário de uma grande indústria estrangeira operando no ramo automobilístico.

As atitudes dos operários ante o trabalho fabril e a sociedade industrial não são as mesmas em todas as épocas e em todos os países. Embora seja possível encontrar certos componentes “universais” do comportamento operário, que decorrem da posição que a classe ocupa no sistema de produção e na sociedade inclusiva (defesa de seus interesses profissionais e econômicos, de sua autonomia organizatória, etc.) as formas de organização sindical e política, assim como as ideologias, têm variado segundo as características do processo de industrialização, do modo particular de formação da classe, do sistema político imperante, etc.

Para fins do presente estudo, dar-se-á especial ênfase – entre as múltiplas variáveis capazes de afetar as orientações dos grupos operários – à *origem*, ou seja, ao meio de proveniência do trabalhador. Abstratamente, quando se estuda a origem da classe operária num momento dado, podem-se distinguir os seguintes setores sociais de recrutamento da mão de obra: a) setor rural; b) setor artesanal; c) setor operário d) setor de serviço “marginal”; e) classes médias.

Certamente, as fontes de recrutamento não são mutuamente excludentes para o conjunto da classe. As formas concretas de formação da sociedade industrial nos diferentes países podem indicar o peso relativo da contribuição de cada um dos setores.

A importância do meio social de proveniência da classe operária deriva do fato de que pode determinar atitudes diversas com relação à implantação da grande indústria, o trabalho industrial, o sindicalismo, a política, etc. Importa aqui, principalmente, distinguir se a incorporação ao meio industrial é percebida pelos trabalhadores como um processo de *ascensão* ou de *rebaixamento social*. Nos países de antiga industrialização (Inglaterra, França, Alemanha) a força de trabalho para a indústria nascente

foi buscada entre a população rural e artesãos urbanos. Não importa tanto, no caso, saber se a integração à indústria significou efetivamente um rebaixamento das condições materiais de existência, mas sim *como* ela foi sentida pelos atores sociais. A maneira como se efetivou a implantação do capitalismo industrial na Inglaterra, França, Bélgica, Alemanha, etc., permaneceu na história, principalmente na história do movimento operário, como um modelo universal, que deveria suscitar padrões relativamente semelhantes de ações e ideologias operárias onde quer que o moderno sistema de produção fabril se implantasse.

A posterior extensão da industrialização para outros países, em outros meios socioculturais e em outras condições tecnológicas, em situações políticas distanciadas das que presidiram a velha industrialização europeia, evidenciou que as ideologias operárias se afastavam do primitivo modelo. No caso particular do Brasil, para se ir mais a fundo na explicação do comportamento, das atitudes e ideologias do proletariado brasileiro, não basta se ater aos componentes gerais que originam esta ou aquela reação da classe (aspirações por melhores condições de trabalho, salários mais elevados, etc.) mas antes buscar captar os modos concretos através dos quais as “aspirações universais” da classe se expressam.

Nas condições da industrialização brasileira, podem-se, grosseiramente, distinguir duas etapas relacionadas ao recrutamento da mão de obra fabril. Na primeira, de implantação do capitalismo industrial, o recrutamento da força de trabalho se fez mediante o recurso a fontes externas. Os imigrantes europeus constituirão a parcela mais importante da mão de obra paulista. Espanhóis, italianos e portugueses, principalmente, fornecerão os maiores contingentes operários para as primeiras indústrias paulistas. Posteriormente, após a Primeira Guerra Mundial, e principalmente na década de 1930, com o declínio das grandes correntes migratórias europeias, ocorrerá a rápida substituição do elemento estrangeiro pelo trabalhador brasileiro. Em termos dos setores de recrutamento, majoritariamente, a nova mão de obra é originária do setor rural e dos setores “marginais” de serviço das grandes cidades. Considerando-se as características da industrialização brasileira e da sociedade nacional, percebe-se porque o recrutamento da força de trabalho far-se-á nesses setores. Em primeiro lugar, em consequência do decréscimo da entrada de imigrantes europeus, à disposição dos empresários só estava o enorme reservatório de trabalhadores de origem rural. O declínio da lavoura de exportação, e principalmente a crise do café após 1930, reduziu a

capacidade de criação de empregos no setor agrícola, liberando uma mão de obra excedente que viria formar os contingentes “marginais” das grandes cidades. Em segundo lugar, inexistia um setor artesanal desenvolvido, capaz de fornecer à indústria a força de trabalho de que esta necessitava para sua expansão. Em terceiro lugar, as transformações da tecnologia industrial, levando à desqualificação do trabalho, permitia a absorção de trabalhadores nacionais de baixa qualificação a fim de realizarem tarefas simples e repetitivas que não requeriam uma efetiva e prévia formação profissional.

O aparecimento da grande indústria, entre nós, não foi o resultado de um processo, relativamente demorado, de sucessivas transformações técnicas favorecendo as indústrias voltadas para a produção em série. O declínio da capacidade para importar com a deterioração dos termos do intercâmbio internacional, ao estimularem a produção interna para substituir o produto estrangeiro, fizeram com que as indústrias se instalassem no país utilizando uma tecnologia criada nos países centrais, sem passarem por uma fase de acumulação prévia de capital, especificamente, sem passarem por uma fase artesanal. Este processo de industrialização substitutiva de importações, embora largamente dependente do exterior para a obtenção de divisas, de equipamento, de *know-how*, não foi sentida negativamente pelas diferentes camadas sociais. Ela modificou as correlações de poder e influencia dos diferentes grupos e setores sociais, mas, de um modo geral, não prejudicou suas condições materiais de existência. Daí não se deve deduzir que os resultados da industrialização tenham beneficiado de modo igual aos diversos grupos. De fato, nas condições de uma política econômica substitutiva de importações, destinada a atender um mercado interno já existente, e essencialmente urbano, a industrialização ocorrida nas cidades em pouco ou nada afetou o padrão de vida das populações rurais pobres, a não ser pela abertura de novas fontes de emprego no meio urbano. Porém, *os baixos níveis de consumo vigorantes entre as populações do setor primário estão associados antes com a natureza do relacionamento que se estabeleceu, desde a colonização, com o mercado externo do que com a desagregação de modos de vida tradicionais sob o impacto da industrialização capitalista.* Tal desenvolvimento explica, em parte, a valorização do emprego industrial e do meio urbano por parte das populações rurais e marginalizadas das grandes cidades, e as dificuldades encontradas para a penetração e difusão, entre os setores operários

originários da agricultura, das ideologias coletivistas e anticapitalistas que marcaram o movimento operário dos países de antiga industrialização.

Certamente, as lideranças do “velho” proletariado paulista, do período anterior a 1920, foram fortemente impregnadas pelos ideais socialistas de reconstrução social. Porém, observando mais de perto a composição profissional do que se convencionou chamar de “vanguarda operária” das duas primeiras décadas do século, verifica-se que o núcleo do movimento operário estava constituído pelos setores artesanais: sapateiros, pedreiros, alfaiates, marceneiros, carpinteiros, etc., onde o *ofício* e a consciência profissional conservavam toda sua importância. O prosseguimento da industrialização, levando à predominância dos grandes estabelecimentos fabris, reduziu a influência das pequenas oficinas nas quais a organização do trabalho e da produção dependia da qualificação operária. O peso e a influência dos antigos grupos de operários qualificados, conseqüentemente, diminuíram progressivamente em meio a uma nova massa de trabalhadores semiqualiificados das indústrias de produção em série. Este processo implica o deslocamento do eixo do movimento operário para os trabalhadores das indústrias hoje chamadas “tradicionais”, ou seja, as indústrias de bens de consumo não duráveis: têxtil, gráfica, de calçados, de alimentação, de vestuário, de bebidas, etc. Tecelões, gráficos e ferroviários substituem os padeiros, marceneiros e pintores como as categorias mais aguerridas e reivindicativas, dotadas de maior poder de pressão. Ainda na década de 1950, nos grandes movimentos grevistas de 1953, em São Paulo, os trabalhadores das indústrias de fiação e tecelagem, ao lado dos metalúrgicos, constituem a massa de grevistas e lideram o movimento.

O impulso “desenvolvimentista” do segundo período da década de 1950, quando a industrialização substitutiva atinge seu auge, modificará novamente a estrutura industrial brasileira e a composição profissional da mão de obra. A participação dos ramos têxteis, gráficos, de bebidas, de alimentação, etc., em termos de valor da produção e de pessoal empregado, diminui no conjunto da indústria brasileira. Uma visão sumária da evolução ocorrida pode ser observada no quadro abaixo. Note-se que a participação do setor de bens de capital passa de 4,1%, em 1949, para 11,3%, em 1966, enquanto o setor de bens de consumo não duráveis declina, no mesmo período, de 65,2% para 39,9%.

Estrutura da produção por usos (em %)

	1949	1966
Bens de capital	4,1	11,3
Bens intermediários	26,2	36,8
Bens de consumo duráveis	4,5	12,5
Bens de consumo não duráveis	65,2	39,4
		(100,0)

No ramo têxtil, em particular, assiste-se mesmo à redução absoluta do número de trabalhadores empregados, enquanto aumenta o volume de operários nos setores “dinâmicos”, como de material de transporte, material elétrico, químico, mecânica pesada, ou seja, nos ramos produtores de bens de consumo durável e de bens de capital.¹

Em decorrência destas transformações na estrutura industrial brasileira, surge, em São Paulo mais particularmente, uma “nova classe operária”. Contudo, ela não estará, como no passado, concentrada em alguns bairros relativamente próximos do centro, mas espalhada na periferia, na região do “Grande São Paulo”. As novas indústrias, relativamente libertas das antigas vias de abastecimento ferroviário, afastam-se dos velhos bairros operários – como Brás, Mooca, Belém – para se localizarem ao longo das linhas de comunicação rodoviária.

Faltam estudos sobre este novo proletariado que permitam uma melhor inteligência de suas atitudes, valores e ideologia ante a empresa, o trabalho fabril, a sociedade urbana, o sindicato, a política, etc. As poucas pesquisas realizadas permitem supor que se trata de setores operários de algum modo diferentes do proletariado dos velhos bairros operários. É provável que, nas áreas de indústria tradicionais, a mão de obra atualmente empregada seja, em muito maior proporção, originada do próprio meio operário, de famílias de origem europeia, ao passo que, na periferia do “Grande São Paulo”, de industrialização recente, a composição da força de trabalho mostre a presença de ponderáveis efetivos originários de “áreas tradicionais”, isto é, da agricultura e de pequenas cidades do interior. Para estas novas camadas, o processo de incorporação à indústria adquire outro significado, associando-se com frequência a um processo de ascensão social

¹ Os algarismos do quadro anterior foram extraídos do *Programa Estratégico de Desenvolvimento* (1968-1970), estudo especial, “A Industrialização Brasileira: Diagnóstico e Perspectivas”, Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, janeiro de 1969, p. 131.

ou de melhoria de vida, o que não poderia ocorrer com os trabalhadores dos antigos bairros, originários de famílias já operárias.

Contudo, o impulso industrial paulista da fase “desenvolvimentista” não se acompanhou de significativo avanço das camadas operárias em termos de agressividade reivindicativa, fortalecimento dos sindicatos e participação política. Este fato tem levado, algumas vezes, a se falar de um “aburguesamento” do proletariado paulista, termo que não nos parece adequado. Na realidade, apesar dos níveis salariais mais elevados do que em outras regiões do Brasil, apesar do avanço da industrialização e da urbanização, a área do “Grande São Paulo” encontra-se ainda bastante distanciada da situação existente na América do Norte e na Europa Ocidental para que se possa falar num “aburguesamento” da classe operária, se com isso se entende uma efetiva integração numa economia de consumo de massa e de bem-estar. Parece-me que o relativo alheamento da nova classe operária paulista no que toca ao sindicato e à atividade política deriva de outros fatores, que procuraremos ressaltar neste livro.

As investigações sociológicas que tomam os trabalhadores industriais como objeto de estudo estão apenas começando no Brasil. A maior parte dos escritos existentes orientaram-se, de preferência, para os componentes ideológicos e organizatórios da classe. Quanto ao primeiro aspecto, a grande cópia de material existente é de cunho político. Do prisma sociológico, cumpre citar os estudos de Azis Simão² e de José Albertino Rodrigues³, que ofereceram importante contribuição para o conhecimento do movimento sindical no Brasil. Com relação aos grupos operários propriamente ditos, em “estado puro” seríamos tentados a dizer, o trabalho pioneiro e o de Juarez R. Brandão Lopes⁴ sobre trabalhadores de uma indústria metalúrgica, cujas observações, decorridos mais de dez anos,

² Azis SIMÃO, *O Sindicato e o Estado*, São Paulo, Dominus Editora, 1966. Ver também do mesmo autor: “Industrialisation et Syndicalisme au Brésil”, *Sociologie du Travail*, Paris n.º4, 1961, e “O Voto Operário em São Paulo”, *Anais do I Congresso Brasileiro de Sociologia*, São Paulo, 1955.

³ José Albertino RODRIGUES, *Sindicato e Desenvolvimento no Brasil*, São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1968.

⁴ Juarez Rubens Brandão LOPES, “O Ajustamento do Trabalhador à Indústria: Mobilidade Social e Motivação”. Os resultados desta pesquisa foram publicados pela primeira vez no livro de Bertram HUTCHINSON, *Mobilidade e Trabalho*, Rio, C.B.P.E., 1960. Foram republicados pelo autor no livro *Sociedade Industrial no Brasil*, São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1964. Para nossas citações, utilizaremos esta última edição.

conservam toda a atualidade e constituem uma fonte de consulta indispensável para a análise do comportamento operário no Brasil.

Nossa pesquisa tem uma pretensão modesta: nada mais anseia do que poder oferecer novos dados e quiçá algumas hipóteses para a análise sociológica da classe operária brasileira. Deve ser entendida como um trabalho exploratório, que visa levantar informações e possibilitar elementos para futuras e mais completas investigações científicas neste campo. O objeto da presente pesquisa é constituído por um grupo de trabalhadores de uma indústria automobilística. Obviamente, não pretendemos, em nenhum momento, que os operários que compuseram a amostra sejam representativos da totalidade do proletariado brasileiro. Pensamos, no entanto, que algumas das conclusões a que chegamos podem ser estendidas, de algum modo, aos grupos operários de formação recente das grandes e modernas empresas industriais instaladas nos últimos anos. Ora, com tal perspectiva de análise, os fatores relacionados às orientações sindicais e políticas do grupo, aos valores que norteiam seu comportamento, não podem ser buscados simplesmente no âmbito da empresa. É desnecessário dizer que as atitudes ante a companhia advêm, em grande parte, das particularidades da própria empresa (salários, política de relações humanas, possibilidades de promoção e ascensão na firma, etc.). Porém, por outro lado, essas mesmas atitudes formam-se em decorrência do *background* cultural e social do grupo, anteriores à situação de trabalho na fábrica pesquisada. Ora, esse aspecto só pode ser captado remontando-se à formação da classe e, conseqüentemente, tendo-se como um pano de fundo as características da sociedade industrial no Brasil. Isso significa que o comportamento do grupo investigado não pode ser corretamente analisado se não se tiverem em conta os fatores que ultrapassam a situação de trabalho na fábrica. O tipo de explicação proposto implica, assim, na constante referência aos atributos e variáveis que se situam tanto no plano da empresa como no da sociedade inclusiva, considerados em sua interação. Assim sendo, o material levantado na companhia é insuficiente, o que nos obrigou a recorrer a outras fontes de informação e a outros documentos relativos ao proletariado brasileiro no seu conjunto.

O Grupo Estudado – Os trabalhadores que compuseram a amostra foram selecionados de uma das maiores empresas automotrizes do país, localizada no “Grande São Paulo” – como quase todas, aliás. Nas páginas que se seguem a denominaremos, ficticiamente, de *Empresa Automobilística*.

Para os propósitos de estudo de um segmento do “novo proletariado” sua escolha ofereceu as seguintes vantagens: em primeiro lugar, a grande maioria da mão de obra diretamente produtiva é formada de trabalhadores semiqualeificados, isto é, de trabalhadores treinados para a realização de tarefas repetitivas que não requerem alto grau de aperfeiçoamento técnico-profissional. A Empresa Automobilística ocupa, contudo, algumas categorias profissionais dotadas de alta qualificação, como é o caso dos ferramenteiros, o que nos permitiu a comparação entre os setores qualificados e não qualificados.

Em segundo lugar, sendo uma indústria recentemente instalada no Brasil, passando por uma fase de crescimento, absorveu novas camadas operárias, entre as quais parcela ponderável há pouco chegada da agricultura ou de áreas tradicionais. Em terceiro lugar, na medida em que a Empresa Automobilística aparece como símbolo do avanço da industrialização, sob a forma de capital privado e estrangeiro, ela constitui um local privilegiado para o exame das atitudes operárias ante o capitalismo contemporâneo implantando-se numa sociedade pouco industrializada.

A pesquisa foi realizada em 1963. Com o auxílio de questionários, foram entrevistados 86 trabalhadores. Nas tabelas, para fins de análise, o grupo foi dividido em subgrupos, que aparecem sob as seguintes rubricas:

- Ferramenteiros*: operários altamente qualificados;
- Operários*: operários semiqualeificados;
- Urb.*: operários sem experiência de trabalho na agricultura;
- Agric.*: operários com experiência de trabalho na agricultura;
- Urb.*: operários nascidos e educados nos grandes centros urbanos;
- Trad.*: operários originários de áreas tradicionais⁵.

Os trabalhadores não ligados diretamente à produção foram excluídos da amostra. O leitor interessado em informações mais pormenorizadas sobre a amostra e os procedimentos metodológicos utilizados poderá encontrá-los no final deste livro. Aqui, limitamo-nos a apresentar as

⁵ Usamos o termo “áreas tradicionais” na falta de outro melhor para designar as regiões escassamente industrializadas e urbanizadas. Dada a presença, no Brasil, da grande lavoura produzindo para o mercado (externo, principalmente), objetivando o lucro e utilizando mão de obra assalariada, faltam aqui alguns dos elementos que tipicamente são tomados para a caracterização da comunidade tradicional. Porém, o sistema de relações sociais, a cultura dessas áreas e os padrões de comportamento de suas populações afastam-se tipicamente daqueles vigentes nas civilizações industriais modernas; por isso, não pareceu excessivamente arbitrária a utilização do conceito.

informações relacionadas à pesquisa apenas na medida em que são estritamente necessárias para a leitura das páginas que se seguem.